

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA: BREVES CONSIDERAÇÕES

Raimunda Maria Gomes da Silva¹
Maria Rosimara Nascimento Menezes²
Simone Rejane da Silva Coelho³
Roberto Remígio Florêncio⁴

RESUMO: Avaliar-se nesta pesquisa a historicidade das políticas públicas no campo da Educação Inclusiva Especial até os dias atuais, para com isso, obter-se alguns dados relevantes sobre essas políticas de inclusão. Os objetivos deste estudo consistem em analisar a trajetória das Políticas Públicas, conhecer as finalidades dessas políticas de educação especial e inclusiva e verificar as práticas da educação inclusiva no atual cenário educacional. A metodologia da pesquisa foi fundamentada em estudos bibliográficos com um enfoque qualitativo, na qual, teve uma leitura voltada a assuntos das Políticas Públicas na Educação Especial Inclusiva. As informações obtidas através da leitura de livros e artigos mostra-se que a educação inclusiva, fez parte de um processo que ocorreu por etapa, como o período da exclusão, segregação, integração e inclusão, deste modo a partir da segregação começou a surgir às políticas para os cidadãos que tivessem alguma deficiência, na qual, tinham finalidades, não tão favorecedora para que a inclusão acontecesse, ao logo dos tempos, surgiram-se outras leis, com o objetivo de promover a equidade a todas as pessoas, já nos dias atuais os projetos inclusivos da atualidade, são promissores para que de fato aconteça a inclusão, mas ainda precisa de alguns ajustes. Por fim, para que se tenha uma sociedade inclusiva, que dê oportunidade de acordo com as necessidades singulares é preciso mais investimento em educação, sabe-se que é através do ensino que se constrói uma nação mais justa.

2586

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação Inclusiva Especial. Trajetória das políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo descreve um estudo voltado para a ação das políticas públicas na área de educação especial inclusiva, assim sabe-se, que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva ([PNEEPEI], 2008) foi

¹Especialista em Educação Especial (FAPAG) e em Psicopedagogia (FERA); Secretaria de Educação de Petrolina-PE.

²Especialista em Neuropsicopedagogia (FACESP); Secretaria de Educação de Petrolina-PE.

³Especialista em Psicopedagogia (IESMIG); Secretaria de Educação de Petrolina-PE.

⁴Doutor em Educação (UFBA); Prof. Instituto Federal do Sertão Pernambucano.

revelada no Brasil, em 2008 e, diante disso, tem sensibilizado, na organização e no funcionamento dos serviços especializados para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, considerados o público-alvo da Educação Especial (PAEE).

As Políticas Públicas Educacionais são aquelas que regulam e orientam as normas de ensino instituindo a educação escolar, então à medida que os conhecimentos vão sendo esclarecidos, os direitos dos cidadãos ficam mais claros, nesse percurso surgem as leis para fazer valer no papel e nas circunstâncias do cotidiano de cada sujeito, então cabe aqui expor a lei Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para a pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadã.

Diante disso, compreendem-se a real necessidade, de que todas as pessoas com algum tipo de deficiência, tem direito a evoluir de acordo com a capacidade de cada um, porém, perante a isso, surge o seguinte questionamento, como está o atual cenário das políticas públicas referente a Educação Especial e Inclusiva na instituição escolar?

No mundo contemporâneo a Educação Especial e Inclusiva, vem a trazer uma realidade significativa e viva as pessoas, que necessita dessa educação, respeitando as peculiaridades de cada sujeito, uma vez que, a escola é um dever do estado, e um direito de todos os sujeitos, desta maneira o estudo dessa temática traz como objetivo geral, conhecer a atuação das políticas públicas na esfera educacional na atualidade.

Então perante a isso, os objetivos específicos desta pesquisa é analisar a trajetória das Políticas Públicas, como também compreender as finalidades dessas políticas de educação especial e inclusiva, para, além disso, verificar as práticas da educação inclusiva no atual cenário educacional.

As Políticas Públicas tem a função de qualificar de forma construtiva o processo de inclusão, para de tal modo, oferecer subsídios para sua efetivação, e, é assim por meio, de uma visão ampla e esclarecedora que o estudo científico acerca das políticas de inclusão, mostrará sua historicidade, seus objetivos, além disso, os conhecimentos das reais práticas no ambiente escolar.

Então sabe-se, que a trajetória da educação inclusiva tem vários capítulos , um deles é que a educação especial só se consolidou como política educacional, através da lei nº 4.024/71, logo a isso, as pessoas com alguma deficiência, ponderam ter direito à uma educação “especial”, entretanto vale destacar que a inclusão só se iniciou no Brasil, quando comprometeu-se com órgãos internacionais , como a declaração Mundial sobre a Educação para Todos, (1990), todavia, no atual cenário as políticas públicas brasileiras tem a função, de propor acessibilidade e inclusão a todos que necessitem, referente a práticas de ações inclusivas, sabe-se que já acontece avanços no ordenamento indicado pela PNEEPEI, apesar de evidências, contradições e desordens normativas que afetam, a própria organização dos sistemas de ensino e a implementação de uma Educação Inclusiva que integre a Educação Especial em sua proposta pedagógica, assim se configura a atuação dos trabalhos cotidianos de inclusão para todo.

O estudo do referido tema a ser discutido, veio da necessidade, de ter mais conhecimento das leis que rege as Políticas Públicas de Educação Especial e Inclusiva, contudo, hoje no mundo contemporâneo os educadores precisa-se serem estudiosos e pesquisadores de temas que fazem parte da prática diária de sala de aula, para que possam enfrentar com eficácia todos problemas existentes no contexto escolar, a resolução só ocorrerá através da busca insistente, como sendo protagonistas dos obstáculos e com isso, alinhar a pesquisa a dados científicos, para assim, colherem resultados significativos, na qual, melhore as práticas, desta forma, o sujeito receptor e construtor de sua história, irá adquirir aprendizagem positivas, ajudando a superar as várias barreiras, encontradas no percurso enquanto sujeito discente.

TRAJETORIA DAS POLÍTICAS PUBLICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

A educação Especial, durante muito tempo, as pessoas com deficiência, eram excluídos pela sociedade, com isso, dificultava bastante, para esses cidadãos com alguma necessidade especial, evoluir de acordo com suas necessidades, porém, ao logo dos anos, a inclusão foi evoluindo para melhor, começaram a surgir as leis para promover, o direito de igualdade para todos, de tal modo, o respeito, a visão de proporcionar oportunidades, foram conquistas, que se obteve ao logo dos séculos. Mazzotta (1996) explica que no Séc. XIX, no Brasil, foram iniciados serviços para

atendimento às pessoas cegas, surdas, deficientes mentais e físicos, inspirados por experiências realizadas por educadores na Europa e nos Estados Unidos.

Por um longo tempo entendeu-se a educação escolar como uma possibilidade destinada somente àquelas pessoas colocadas em um patamar de normalidade, ao qual se ajuste a condutas e expectativas congruentes, que as levem adapta-se em uma dada sociedade DECHICHI. L SILVA. C, 2008, p.10).

No século XIX, os atendimentos, para os cidadãos brasileiros que apresentava algum tipo de deficiência, eram por meio, de outras instituições, sem ser o campo educacional, não existindo a integração desses sujeitos com a sociedade dita “normal”, fazendo análise deste período, as políticas públicas tinham um caráter de acolher de maneira insolada, contudo, essa política ficou conhecida, no seu conceito de segregação.

As instituições para pessoas com deficiência continuaram a crescer em número e tamanho durante o final do século XIX até a década de 1950, ao mesmo tempo em que surgia uma novatendência de escola conhecida como “escolas comuns”, nas quais a maioria das crianças eram educadas, embora vários grupos de crianças fossem excluídas das escolas públicas regulares. Entre 1842 e 1918, todos os estados legislaram o ensino obrigatório e as escolas públicas atraíram enorme quantidade de recursos para seu desenvolvimento (RURY, 1985; U. S. BUREAU OF THE CENSUS, 1975; U. S. DEPARTAMENTO EDUCATION, NATIONAL CENTER FOR EDUCATION STATISTICS, 1991).

Porém em 1994 com Declaração de Salamanca, mostra que é preciso atender as necessidades individuais, promovendo o ensino, para todos, este documento, enfatiza uma visão, de que o mundo seja inclusivo, na qual, os seres humanos tenham direitos de atuarem na sociedade como pessoas autônomas, a procura de seus ideais, fazendo valer a democracia.

Assim sabe-se que a educação especial, no Brasil, só se concretizou como política educacional através das leis nº 4.024/61, ao dedicar um capítulo à educação de excepcionais, e a nº 5.692/71, ao prever, no artigo 9º, “tratamento especial aos excepcionais”, definindo a educação especial como modalidade de educação, logo a isso, as pessoas tiveram o direito de terem uma educação “especial”, com um detalhe, diferenciada do ensino regular, tinha um sistema, assistencialista e terapêutico, a promoção ao estudo regular, só era possível, se tivesse aptidões, físicas e psicopedagógicas. Mas depois disso, de acordo a LDB (Lei 9394/96 – Art. 58 § 1º, § 2º, § 3º), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional especifica que:

Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de o (zero) a 6 (seis) anos, durante a educação infantil (LDB, 2016.p.19.)

Então de acordo Lei 9394/96 – Art. 58 § 1º, § 2º, § 3º) vê-se um novo olhar para o atendimento educacional, o aluno, com algum tipo de deficiência, é acolhido na escola regular, tendo apoio, sobre questões pessoais, materiais, adequações curriculares, que beneficiam o seu desenvolvimento.

Contudo uma escola inclusiva significa oferece uma participação efetiva nas tarefas escolares, na qual proporcione ao aluno com necessidades especiais, um ensino diferenciado, cabendo um suporte nas adaptações e meios pertinentes a cada situação.

A FINALIDADES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

É preciso conhecer que as Políticas Públicas, não, são pensadas exclusivamente, a partir de decisões jurídicas, legais, nas quais o Estado aparece como mero executivo, neutro, destituído de princípios axiológicos que balizam a sua ação. Mesmo com políticas públicas deliberadas, apresentando, em seus parâmetros, boas ações, todos os segmentos sociais, necessitar-se compreender a dinâmica conflitiva dos distintos interesses e forças envolvidas na organização social (BONETI, 2000).

Como bem foi dito acima, as Políticas Públicas, andam de acordo como sistema organizacional da sociedade. É nesse aspecto que se encontra o grande desafio da escola. A busca da homogeneidade, que confere com os propósitos do projeto econômico e político global, mas compromete o papel da escola na luta pela inclusão social dos diferentes e dos segmentos sociais com menor capacidade de enfrentamento da competitividade (...) (BONETI, 2000, p. 238).

Cabe ao sistema educacional, nesse proposito, se impor contra a essa ordem dominante, na qual, busque a superação de projetos político pedagógicos, não deixando os sujeitos acomodados aos padrões de exclusão decorrentes do processo capitalista de produção. A educação precisa criar ambientes para que o padrão dominante, seja debatido, como uma visão que leve, a sua superação, essa ação, compete à instituição escolar, mesmo que não detenha todas as armas para as modificações das relações

vigentes.

É nesse aspecto que se encontra o grande desafio da escola. Abusca da homogeneidade, que confere com os propósitos do projeto econômico e político global, mas compromete o papel da escola na luta pela inclusão social dos diferentes e dos segmentos sociais com menor capacidade de enfrentamento da competitividade (...) (BONETI, 2000, p. 238-239).

Todavia, mais do que isso, a escola precisa, urgentemente, ser protagonista, dos desafios existentes em seu campo, sabe-se que as Políticas Públicas, tem toda uma historicidade, que permite melhorias, mas não totalmente na prática, há vários entraves, na caminhada para promover uma educação inclusiva para todos.

Inclusão e exclusão começam na sala de aula. Não importa o quão comprometido um governo possa ser com relação à inclusão; são as experiências cotidianas das crianças nas salas de aulas que definem a qualidade de sua participação e a gama total de experiências de aprendizagem oferecidas em uma escola. As formas através das quais as escolas promovem a inclusão e previnem a exclusão constituem o cerne da qualidade de viver e aprender experimentado por todas as crianças (MITTLER, 2003, p. 139).

Para que a inclusão venha progredir em todos os espaços, a escola tem que ter uma prática inclusiva, compromissada.

O movimento em favor da educação inclusiva transcende o ambiente educativo e se manifesta também com força em outros setores com laboral, o da saúde, e o da participação social; que dizer, a preocupação em torno da inclusão aponta claramente para todas esferas que, de algum modo, tem a ver com a qualidade de vida das pessoas (DECHICHI. L SILVA. C, 2008, p.13).

2591

Pois mediante a isso, fica claro, a necessidade dos outros ambientes, como o mercado de trabalho, conhecerem que a deficiência, não é justificativa, para não oferecer emprego. Com esse movimento em favor da inclusão, essas áreas de trabalhos, irão conhecer que, precisam-se, adequar os ambientes de acordo com as necessidades de cada um, vale lembrar, que essa equidade de direitos, tem que existir em todos os espaços.

PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ATUAL CENÁRIO ESCOLAR

Então neste mundo contemporâneo, ver-se uma fala, favorável à inserção de pessoas com deficiência, não somente no cenário educacional, mas em diversos segmentos da sociedade, porém tais pessoas, ainda continuam vítimas de preconceito e estigma, por serem consideradas diferentes. É bem claro, que as conquistas maiores referente aos direitos destas pessoas, foi apenas no que diz respeito à elaboração de leis

e princípios, do que na consolidação de práticas que permitam a legítima inclusão destes seres humanos na sociedade.

Assim fala Dechichi. L.; Silva. C: O enfoque atualmente proposto por paradigma que norteiam a educação especial corresponde a um modelo educativo elaborado a partir de aplicado com a equidade, desvinculando e distinto do modelo médico-clínico-reabilitador (DECHICHI. L SILVA. C, 2008, p.11).

Para Glat, Magalhães e Carneiro (1998), a escola inclusiva, só deixará o plano imaginário a partir de condições muito específicas de recursos humanos, materiais e pedagógicos. Acreditam que o educador necessita de preparo para lidar com a diferença de todos os educandos. Tesini e Manzini (1999) também acordam que a inserção escolar envolve educadores bem preparados, e ainda a definição de uma política que venha dar subsídio a princípios e exercícios para as indigências educativas especiais, construindo normas uniformes sobre a equidade de oportunidades para as pessoas com deficiência.

A existência de uma formação inicial e a profissionalização e a profissionalização docente a partir de novos enfoques propiciará mudanças nas metodologias de ensinar, nas formas de mudanças nas metodologias de ensinar, nas formas de organização das aulas, nos planejamentos de atividades, nas adaptações curriculares e nos sistemas de avaliação (DECHICHI. L SILVA. C, 2008, p.43)

Sabe-se que na atualidade existe várias leis a favor de uma educação inclusiva de qualidade, mas essa visão de uma escola estruturada, com profissionais capacitados, ambiente acessível, componentes curriculares adaptados, tá engatinhando ainda, ver-se um discurso muito vivo sobre a inclusão, porém, precisa ter mais ações concretas nas práticas cotidianas referente a educação para todos. Entretanto conforme a LDB art. 58, 3º, de 2019 especifica que:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. A oferta de educação especial, nos termos do *caput* deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 40 e o parágrafo único do art. 60 desta Lei (LDB, 2019.p.39).

O mundo presente necessita ser inclusivo em todo as esferas, carecendo de adaptações, às necessidades especiais do povo, além disso, que prevaleça o repúdio a qualquer atitude discriminatória frente às diferenças singulares, também não podemos ignorar o que compete ao poder público e às empresas, que sejam ativos, e realizem

ações em parceria, para que aumente recursos em várias espaços, tais como: da saúde, reabilitação biopsicossocial e/ou profissional, educação escolar e educação profissional, mais do que isso, que todos, tenham seus direitos garantidos em qualquer circunstância.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi fundamentada em estudos bibliográficos com abordagem qualitativa, na qual, foi feita leituras voltadas para assuntos das Púlicas na Educação Especial Inclusiva. Então, realizou-se um estudo primeiramente prévio com livros e artigos, assim uma pesquisa bibliográfica de acordo Cervo; Bervian; Da Silva (p. 79, 2007) “tem como objetivo encontrar respostas aos problemas formulados, e o recurso utilizado para isso é a consulta de documentos bibliográficos”. Referente à abordagem qualitativa a mesma fundamenta-se na significação dos dados coletados no ambiente de estudo no decorrer do processo, não há busca por números ou a estatísticas, conforme destaca Prodanov e Freitas (2013, p. 70),

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas.

O ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados e o pesquisado é o instrumento-chave. A metodologia da pesquisa qualitativa destaca-se por investigar explicações dos fenômenos estudados através das interpretações que vão surgindo em torno do processo para compreender os fatores vivenciados pelos sujeitos em pesquisa levando a uma análise. Entretanto posteriormente o levantamento das leituras a serem estudadas, procurou-se compreender e refletir às Púlicas na Educação Especial Inclusiva, para assim, ter um embasamento teórico aprofundado da pesquisa em estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante aos estudos bibliográficos, realizados a respeito de determinadas questões da Educação Inclusiva Especial, sobre, alguns momentos marcantes da inclusão, no que desrespeita a, atuação das políticas públicas, como também das práticas inclusivas do momento atual, assim, perante a esse estudo foi possível encontrar respostas, para os objetivos proposto nesta pesquisa.

Verifica-se no referente à historicidade da inclusão das pessoas com algum tipo

deficiência, que a inserção do cidadão deficiente ocorreu por etapas, de início quando começou a existir um olhar para essa classe, foi com o objetivo de excluir do meio social, colocando-os em espaços específicos, sem interação com os indivíduos ditos “normais”, logo a isso, veio o período da integração, que promoveu o começo da vida dessas pessoas com alguma necessidade especial, a frequentar espaços públicos, como escola, por exemplo, se a criança ou adolescente tivesse capacidade cognitiva para acompanhar o currículo escolar, ficava inserido, caso não apresentasse aptidão com os estudos, era encaminhado a outros espaços como os de reabilitação.

Já na era da inclusão existe várias políticas voltadas para essa temática, todo cidadão que apresente deficiência, é equiparado, conforme suas necessidades, aos poucos a equidade entre os seres humanos tem-se existência.

Referente às políticas públicas acerca da educação inclusiva tem um viés ainda fechado, carece que tenha ações mais abrangentes, como projetos

voltados, não apenas, para instituição educacional e sim a diversos espaços. Porém, mesmo com essas leis, positivas que garante um ensino de qualidade a todos no campo da educação, ainda há muito por fazer, tipo, ambientes mais estruturados, profissionais capacitados, acessibilidade a todas as necessidades existentes.

Enfim, a base para que venha existir uma equidade em relação aos direitos para todos, será a partir da educação, e está deve dar suporte de como proceder perante a vida.

REFERÊNCIAS

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DECHICHI, L.; SILVA, C. **Inclusão escolar e educação especial: teoria na diversidade**. Uberlândia: EDUFU, 2008.

GLAT, R.; MAGALHÃES E. F. C. B.; CARNEIRO, R. **Capacitação de professores: primeiro passo para uma educação inclusiva**. In: MARQUEZINE, M. C. et al. (Org.). *Perspectivas multidisciplinares em educação especial*. Londrina: Ed. UEL, 1998. p. 373 - 378.

_____. **Inclusão escolar: o desafio de uma educação para todos?** Rio Grande do Sul - UNIJUÍ:

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação. 3.ed. Brasília: 2019. Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019.

LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 13. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

MAZZOTTA, Marcos. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1996.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

PRODANOV, C. C. FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

_____. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva.** Porto Alegre: Mediação, 2001.

TESINI, S. F. E.; MANZINI, E. J. **Perspectivas de professores que trabalham com deficientes mentais sobre a proposta de inclusão na**

rede oficial de ensino. In: MANZINI, E. J. (Org.). **Integração do aluno com deficiência: perspectiva e prática pedagógica.** Marília: Ed. UNESP, 1999